



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 14 de abril de 2015
(OR. en)

7166/15
ADD 1

PV/CONS 13
JAI 172
COMIX 123

PROJETO DE ATA

Assunto: **3376.^a reunião do Conselho da União Europeia (JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS)**, realizada em 12 e 13 de Março de 2015

PONTOS EM DELIBERAÇÃO PÚBLICA¹

Página

DELIBERAÇÕES LEGISLATIVAS

PONTOS "A" (doc. 6864/15 PTS A 19)

1. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho relativo aos processos de insolvência [primeira leitura] (AL)..... 3

PONTOS "B" (doc. 6863/15 OJ CONS 13 JAI 159 COMIX 104)

3. Diversos..... 3
8. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) [primeira leitura]..... 4
9. Proposta de regulamento do Conselho que institui a Procuradoria Pública Europeia 8
10. Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao apoio judiciário provisório para suspeitos ou arguidos privados de liberdade e ao apoio judiciário em processos de execução de mandados de detenção europeus [primeira leitura] 9
11. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (EUROJUST) [primeira leitura]..... 9
12. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 [primeira leitura] 10
13. Diversos..... 11

*

* *

¹ Deliberações sobre atos legislativos da União (artigo 16.º, n.º 8, do TUE), outras deliberações abertas ao público e debates públicos (artigo 8.º do Regulamento Interno do Conselho)

DELIBERAÇÕES LEGISLATIVAS

(Deliberação pública nos termos do artigo 16.º, n.º 8, do Tratado da União Europeia)

PONTOS "A"

1. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho relativo aos processos de insolvência [primeira leitura] (AL)

– **Adoção**

- a) da posição do Conselho em primeira leitura
- b) da nota justificativa do Conselho
6583/15 CODEC 253 JUSTCIV 36 EJUSTICE 16
16636/14 JUSTCIV 319 EJUSTICE 123 CODEC 2464
+ COR 1 (hr)
+ REV 1 (sv)
+ REV 2 (dk)
+ REV 3 (es)
+ REV 4 (pl)
+ ADD 1

aprovado pelo Coreper, 2.ª Parte, em 4.3.2015

O Conselho aprovou a sua posição em primeira leitura, nos termos do artigo 294.º, n.º 5, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. De acordo com os protocolos pertinentes anexos aos Tratados, a Delegação Dinamarquesa não participou na votação. (Base jurídica: artigo 81.º do TFUE)

PONTOS "B"

3. Diversos

– **Informações da Presidência sobre as propostas legislativas em curso**

O Conselho foi informado pela Presidência sobre os progressos alcançados e os novos passos a dar quanto às propostas legislativas para a Diretiva Estudantes e Investigadores, a alteração ao Regulamento de Dublin relativamente aos menores não acompanhados e o Regulamento CEPOL.

8. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) [primeira leitura]

– Orientação geral parcial¹

6833/15 DATAPROTECT 26 JAI 156 MI 144 DRS 18 DAPIX 30 FREMP 45
COMIX 102 CODEC 295

+ COR 3

6834/15 DATAPROTECT 27 JAI 157 MI 145 DRS 19 DAPIX 31 FREMP 46
COMIX 103 CODEC 296

+ COR 1

+ COR 2

O Conselho teve um debate prolongado e aprofundado sobre os projetos de texto apresentados pela Presidência para os capítulos II, VI e VII. Durante o debate, uma grande maioria de delegações indicou que apoiava a orientação geral parcial para estes capítulos, nas seguintes condições:

- i) nada está acordado até tudo estar acordado, pelo que a orientação geral parcial não exclui alterações futuras ao texto dos artigos já provisoriamente acordados, a fim de assegurar a coerência geral do regulamento,
- ii) a orientação geral parcial não prejudica as questões horizontais, e
- iii) a orientação geral parcial não mandata a Presidência para encetar trilogos informais com o Parlamento Europeu.

Por outro lado, várias delegações manifestaram preocupações. Estas incidem sobretudo, no âmbito do capítulo II, na necessidade de alinhamento horizontal com as outras partes do regulamento e, no âmbito do mecanismo de balcão único, na necessidade de assegurar a eficácia do futuro Comité Europeu para a Proteção de Dados aliviando a sua carga de trabalho. A Alemanha e a Áustria fizeram as declarações que se seguem.

O Presidente concluiu que foi alcançada uma orientação geral parcial para os projetos de texto dos capítulos II, VI e VII. Os trabalhos continuarão a nível técnico sobre as restantes partes do regulamento em que ainda não se chegou a uma orientação geral, bem como sobre a revisão horizontal de todo o regulamento para simplificar e dar coerência a todo o texto. Isso permitirá debater a conveniência de uma cláusula de revisão, que reflita a necessidade de um mecanismo para aliviar a carga de trabalho do futuro Comité Europeu para a Proteção de Dados.

Declaração da Alemanha

sobre os capítulos II e VI da proposta de Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, na versão constantes dos docs. 6833/15, 6833/15 COR 3, 6834/15 e 6834/15 COR 1 do Conselho

"A Alemanha apoia expressamente a intenção de concluir as negociações sob Presidência Letã e, por conseguinte, é a favor da orientação geral parcial para os capítulos II, VI e VII, nas condições indicadas no ponto 3 destes documentos, não obstante as questões ainda por resolver indicadas adiante.

A Alemanha concorda com a orientação geral para o capítulo II no pressuposto de que as questões referidas nos artigos 5.º e 6.º são centrais e transversais que têm de ser novamente tratadas no debate final a nível do Conselho, segundo a reserva geral e sem resultados pré-determinados. A este respeito, a Alemanha considera importante que estas disposições mantenham o atual nível de proteção, apesar das alterações introduzidas, bem como de preservação das liberdades económicas. Entende, portanto, que é necessário clarificar melhor estes pontos importantes.

O **artigo 5.º, n.º 1, alínea b)** e o **artigo 6.º, n.º 2**, do capítulo II contêm **regras de tratamento em domínios privilegiados** (finalidade de arquivo no interesse público ou finalidades científicas, estatísticas ou históricas). O tratamento para estas finalidades tem prioridade sobre os direitos dos titulares dos dados, sem exceção e sem ponderar os interesses individuais. Referimo-nos à questão, ainda não resolvida, de como reconciliar este privilégio absoluto com os direitos dos titulares dos dados, em especial o direito fundamental de respeito pela vida privada e a vida familiar (artigo 7.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE) e o direito fundamental à proteção dos dados pessoais (artigo 16.º, n.º 1, do TFUE e artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE). Note-se que o tratamento de dados para finalidades científicas, estatísticas ou históricas também pode ser feito por organismos privados. Por este motivo, a Alemanha entende que é necessário limitar este privilégio concedido pelo artigo 5.º, n.º 1, alínea b).

Não obstante este ponto ter sido debatido repetidas vezes, o Conselho não chegou a um entendimento comum quanto ao princípio da **limitação das finalidades**, em especial em caso de tratamento para outros fins compatíveis com a finalidade original para que foram recolhidos os dados. Este ponto, porém, é uma questão central de todo o regulamento. Em consequência, a Alemanha entende que ainda é necessário definir de forma concludente

- as formas em que o tratamento posterior seja compatível com a finalidade original, e
- se o tratamento posterior para fins compatíveis com a recolha exige uma base jurídica separada.

A Alemanha defende que o regulamento se baseie numa aceção de compatibilidade claramente definida. Por conseguinte, a Alemanha propôs repetidas vezes a supressão do artigo 6.º, n.º 3-A, retomando o seu conteúdo num considerando de forma mais específica.

Por último, a Alemanha solicita novamente que seja apoiada a reintrodução do artigo 6.º, n.º 1, alínea f), segunda frase. O regulamento deve deixar claro que a cláusula de equilíbrio do artigo 6.º, n.º 1, alínea f), não pode ser utilizada no sector público como base jurídica; é também necessária uma disposição com a mesma clareza para o artigo 6.º, n.º 4, segunda frase. Neste contexto, a Alemanha recorda o compromisso alcançado no Conselho para a margem de manobra que o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados concede aos Estados-Membros, segundo o artigo 1.º, n.º 2-A e o artigo 6.º, n.º 3, no estabelecimento de uma base jurídica para o tratamento de dados no sector público que defina as condições de intervenção de forma mais exata e específica."

Ad Capítulo VI

"A Alemanha salienta que não é aconselhável que as autoridades de controlo exerçam todos os poderes enumerados no artigo 53.º em relação aos organismos públicos, que em princípio estão sujeitos a supervisão jurídica ou pericial bem como a controlo judicial."

Declaração da Áustria

"A Áustria não está em condições de aprovar a presente fase de negociações como orientação geral parcial para as disposições do capítulo II, pois em nosso entender continuam por resolver, entre outras, as seguintes questões:

Ad artigo 6.º, n.º 1, alínea f) ("interesse legítimo" como base de tratamento lícito

A Áustria salienta que, em seu entender, o conceito de "interesse legítimo" atualmente constante do artigo 6.º, n.º 1, alínea f), do projeto de regulamento não satisfaz o requisito de proteção eficaz dos direitos e liberdades dos titulares de dados, decorrentes da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nem reflete suficientemente os requisitos do princípio fundamental da segurança jurídica.

Em nosso entender, no que respeita ao artigo 6.º, n.º 1, alínea f), o interesse do responsável pelo tratamento de dados não precisa de se sobrepor ao interesse do titular dos dados. Segundo a atual redação, o tratamento dos dados pessoais já pode ser considerado lícito quando o responsável pelo tratamento remete para um "interesse legítimo" de importância igual ao do titular dos dados. Em tal caso, poderá caber a este último demonstrar que no caso em questão o seu direito à proteção dos dados prevalece sobre o "interesse legítimo" assumido pelo responsável pelo tratamento. Um tal ónus de prova a cargo do titular dos dados não pode ser considerado conforme com a natureza fundamental do direito à proteção de dados. A presente redação dos considerandos 38, 38-A, 39 e 40 prova que tais preocupações são inteiramente justificadas. Isso é sobretudo válido para forma como é tratada a "comercialização direta" no considerando 39, que não é aceitável.

Neste contexto, a Áustria insta a que sejam modificado o artigo 6.º, n.º 1, alínea f), a fim de introduzir o requisito de clara prevalência do ou dos interesses legítimos do responsável pelo tratamento de dados, incluindo a sua obrigação de documentar devidamente tal interesse. Para mais pormenores, remetemos para a nossa proposta constante do doc. 6741/15 do Conselho, de 3 de março de 2015.

Ad artigo 6.º, n.º 2 e artigo 9.º, n.º 2, alínea i) ("tratamento para fins de arquivo no interesse público ou para fins históricos, estatísticos ou científicos")

Em nosso entender, o projeto de regulamento não prevê nenhuma harmonização no que respeita ao arquivo no interesse público ou para fins históricos, estatísticos ou científicos. Isso significa que o artigo 6.º, n.º 2 e o artigo 9.º, n.º 2, alínea i), não podem por si só ser considerados como base jurídica suficiente para o tratamento de dados pessoais. Por conseguinte, o direito da união Europeia e a legislação dos Estados-Membros têm de determinar as condições em que os dados pessoais podem lícitamente recolhidos e tratados no âmbito geral do regulamento bem como as devidas salvaguardas. O artigo 83.º do regulamento permite-lhes, no entanto, prever derrogações a certos artigos. A fim de garantir um entendimento comum do artigo 6.º, n.º 2, tal como acima referido, deverá ser introduzido o correspondente considerando.

Ad artigo 6.º, n.º 3 e artigo 9.º, n.º 5 ("obrigações resultantes do artigo 8.º da CDF em conjugação com a jurisprudência constante relativa ao artigo 8.º da CEDH")

A Áustria recorda a declaração para a ata da 3354.^a reunião do Conselho e recorda que, por força do artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais, em conjugação com a jurisprudência constante relativa ao artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a UE e os Estados-Membros têm a obrigação de adotar leis que rejam e, consoante o caso, restrinjam as operações de tratamento de dados pessoais efetuadas por organismos privados para fins privados, na medida do necessário para estabelecer um equilíbrio entre o direito das pessoas à proteção dos dados que lhes dizem respeito e a necessidade que os responsáveis pelo tratamento provenientes do setor privado têm de tratar esses dados. Para o efeito, remetemos para a proposta austríaca de um artigo 82.º-B (ver doc. 15768/14) bem como para a proposta de um respetivo parágrafo no artigo 6.º, n.º 3 e correspondente considerando 35-A constante do doc. 6741/15 do Conselho, de 3 de março de 2015.

Ad artigo 6.º, n.º 3-A e artigo 4.º ("tratamento posterior")

A Áustria salienta que o conceito de "tratamento posterior", presentemente referido no artigo 5.º, n.º 1, alínea b), no artigo 6.º, n.ºs 3-A e 4, tem de ser considerado um determinado subconjunto do tratamento lícito que merece tratamento privilegiado. Por um lado, porque a "finalidade de tratamento posterior" é muito próxima da finalidade para que os respetivos dados foram originalmente recolhidos ("fins compatíveis") e, por outro, porque o tratamento é feito pelo mesmo responsável. Qualquer "tratamento posterior" que não seja do âmbito do artigo 6.º, n.º 3-A, tem de ficar abrangido pela base jurídica para as alíneas a) a e) do artigo 6.º, n.º 1.

No entanto, o artigo 6.º, n.º 1, alínea f), não pode ser aceite como base jurídica para quaisquer tratamentos posteriores com fins incompatíveis. Isso criaria o grave risco de serem contornados os requisitos constantes do artigo 6.º, n.º 3-A e o princípio da limitação das finalidades. A última frase do artigo 6.º, n.º 4, também colide com o nosso entendimento do artigo 6.º, n.º 1, alínea f). É, portanto, da maior importância suprimir a segunda frase do artigo 6.º, n.º 4, tal como consta do doc. 6834/15 (+ COR 1 e 2) do Conselho.

Ad Artigo 8.º ("Tratamento de dados pessoais relativos às crianças")

Quanto à questão da especial proteção das crianças, a Áustria entende que o artigo 8.º deve manter uma certa importância regulatória, no sentido de assegurar uma certa harmonização em toda a União. Por isso, somos claramente a favor de reintroduzir um limiar concreto de idade. Quanto à situação particular da autorização dada pelo titular da responsabilidade parental pela criança, entendemos que a criança deve ter o direito de objetar a qualquer tratamento posterior de dados, após atingir a maioridade. O consentimento dado pelo titular da responsabilidade parental tem, portanto, de ser limitado tendo em conta a natureza pessoal do direito à proteção de dados.

Além disso, opomo-nos à proposta inserção do considerando 29 (segunda frase), pois não se descortina nenhum valor acrescentado, face à devida interpretação do artigo 8.º, ao que acresce a possibilidade de erro de interpretação na medida em que tais métodos de recolha de dados devem, de certo modo, ser considerados "de ponta".

Além disso, é surpreendente que a proteção especial dada pelo artigo 8.º às crianças se limite a uma situação em que os serviços da sociedade de informação são diretamente propostos à criança. A Áustria não vê nenhuma justificação para uma abordagem tão estreita. A recolha de dados de crianças também pode ocorrer fora do contexto dos *media* não digitais, pelo que a proteção alargada das crianças deve ser também aplicável a tais operações de tratamento. Sugerimos assim a supressão dos termos "no que respeita à oferta de serviços da sociedade da informação às crianças".

Ad artigo 14.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 6.º, n.º 4 ("Informação específica do titular dos dados em caso de tratamento posterior")

Os recentes debates a vários níveis da UE mostraram a necessidade de clarificação com vista a obrigar claramente o responsável pelo tratamento de dados a informar o titular dos dados sempre que haja ocasião de tratamento posterior para fins não compatíveis com aqueles para os quais os dados foram originalmente recolhidos. Essa obrigação aumentaria a transparência do tratamento posterior e reforçaria o exercício dos direitos dos titulares de dados face a operações de tratamento posterior. Por esse motivo, a Áustria propõe que seja feita a seguinte inserção no artigo 14.º, n.º 1: "Quando os dados pessoais de uma pessoa são recolhidos da própria pessoa, o responsável pelo seu tratamento presta as seguintes informações, no momento em que os ditos dados são recolhidos ou, em caso de tratamento posterior dos mesmos segundo o artigo 6.º, n.º 4, antes de ter início a primeira operação ou conjunto de operações executadas com tais dados pessoais para fins de tratamento posterior não compatível com aquele para que foram recolhidos: (...)"

Ad considerando 23-C ("pseudonimização")

A Áustria entende que o tópico "pseudonimização" ainda causa certas preocupações. O conceito de "pseudonimização" tem de ser considerado com um possível instrumento para melhorar a segurança dos dados. Assim, enquanto for aplicada na esfera de operações do mesmo responsável pelo tratamento de dados, a pseudonimização nunca poderá justificar qualquer diminuição das obrigações impostas pelo regulamento. Qualquer privilégio só é aceitável no caso de os dados pseudonimizados serem tratados por um responsável diferente daquele que originalmente recolheu e tratou esses dados, o qual é portanto o único que pode restabelecer a ligação com pessoas concretas. A Áustria insta, portanto, a supressão do considerando 23-C, que induz claramente em erro, face ao correto uso da definição de "pseudonimização" constante do artigo 4.º, n.º 3-B.

Para mais comentários sobre outras questões e mais pormenores, remetemos para as propostas que fizemos no doc. 6741/15 do Conselho, de 3 de março de 2015."

9. Proposta de regulamento do Conselho que institui a Procuradoria Pública Europeia

- Debate de orientação
- Ponto da situação

6318/1/15 REV 1 EPPO 18 EUROJUST 48 CATS 33 FIN 126 COPEN 54 GAF 4

O Conselho registou que

- há ampla concordância quanto aos princípios básicos do modelo de transações com a Procuradoria Pública Europeia proposto pela Presidência, embora algumas delegações tenham reservas quanto a certos aspetos do mesmo;
- a questão deveria continuar a ser examinada a nível de peritos, a fim de procurar uma solução aceitável para todos.

10. Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao apoio judiciário provisório para suspeitos ou arguidos privados de liberdade e ao apoio judiciário em processos de execução de mandados de detenção europeus [primeira leitura]

– Orientação geral

6603/15 DROIPEN 20 COPEN 62 CODEC 257

+ COR 1 (de)

O Conselho chegou a acordo sobre uma orientação geral relativa a esta proposta, constante do doc. 6603/15. A Bélgica, a Bulgária, a França, a Itália, Portugal, Espanha e a Finlândia apresentaram uma declaração, constante do anexo à presente ata. Os Países Baixos retiraram a sua reserva de análise parlamentar.

Declaração da Bélgica, Bulgária, França, Itália, Portugal, Espanha e Lituânia

"A Bélgica, Bulgária, França, Itália, Portugal, Espanha e Lituânia recordam o seu empenho em garantir a eficácia dos direitos reconhecidos pelas diretivas que concretizam o roteiro sobre direitos processuais no quadro dos processos penais.

Consideram que a futura diretiva relativa ao apoio judiciário tem de permitir que todos os cidadãos europeus exerçam de facto e na prática o direito de acesso a advogado, consagrado na Diretiva 2013/48/UE.

Lamentam que a orientação geral apresentada ao Conselho de Ministros da Justiça em 13 de março de 2015 para esta diretiva não permita alcançar tal objetivo, pois restringe o seu âmbito de aplicação com derrogações latas e discricionárias.

No entanto, não pretendem opor-se à aprovação desta orientação geral, a fim de não impedir o avanço do processo legislativo e continuar o debate com o Parlamento Europeu e a Comissão no âmbito dos trilogos."

11. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (EUROJUST) [primeira leitura]

– Orientação geral

6643/15 EUROJUST 59 EPPO 20 CATS 37 COPEN 67 CODEC 266 CSC 49

+ REV 1 (sl)

O Conselho chegou a acordo sobre uma orientação geral relativa a esta proposta, constante do doc. 6643/15. A Áustria fez a seguinte declaração.

Declaração da Áustria

"A Áustria interpreta as disposições da orientação geral para o Regulamento Eurojust relativas às competências dos membros nacionais (artigo 8.º, n.ºs 1-A, 2 e 3, e considerando 11-A) nos moldes do artigo 85.º do TFUE, em particular do n.º 2, que reza o seguinte: "No âmbito do exercício das ações penais a que se refere o n.º 1 e sem prejuízo do artigo 86.º, os atos oficiais de procedimento judicial são executados pelos agentes nacionais competentes."

Os membros nacionais agem como "agente nacional competente" na aceção do artigo 85.º, n.º 2, do TFUE quando exercem as competências previstas no artigo 8.º, n.ºs 1-A, 2 e 3.

Se as disposições fossem interpretadas de forma contrária, isto é, renunciando à dupla função dos membros nacionais, os seus atos processuais seriam considerados atos de órgãos ou organismos na aceção do artigo 263.º do TFUE.

Por conseguinte, a Áustria considera que se mantém na orientação geral para o Regulamento Eurojust a dupla função dos membros nacionais, que está regulada em particular no artigo 9.º-A, n.º 1, da Decisão 2002/187/JAI do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008."

12. Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 [primeira leitura]

- Orientação geral parcial²
6812/15 JUSTCIV 40 FREMP 36 CODEC 283
+ ADD 1

O Conselho:

- a) aprovou o pacote de compromisso sobre a orientação geral parcial constante da adenda ao doc. 6812/15;
- b) deu instruções para que fossem continuados os trabalhos sobre os restantes artigos, incluindo o artigo 18.º, n.º 2-A, os considerandos e os formulários multilingues constantes dos anexos ao futuro regulamento, que deverão ser finalizados a nível técnico o mais rapidamente possível após a reunião do Conselho, e
- c) registou que será ainda debatida a questão de saber se ainda é necessária uma declaração política comum do Conselho e da Comissão sobre as competências externas, e considera que este tópico poderá ser retomado, se necessário, na sua reunião de junho de 2015.

² Ao adotar uma orientação geral depois de o Parlamento Europeu ter adotado a sua posição em primeira leitura, o Conselho não está a deliberar na aceção do artigo 294.º, n.ºs 4 e 5 do TFUE.

13. Diversos

– Informações da Presidência sobre as propostas legislativas em curso

A Presidência informou o Conselho sobre o estado em que estão as negociações sobre o projeto de diretiva Proteção de Dados.
